

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 106.101 - PA (2018/0322613-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**RECORRENTE** : VALDEIR CARVALHO FERNANDES (PRESO)  
**RECORRENTE** : VINICIUS CARVALHO FERNANDES (PRESO)  
**ADVOGADO** : VENINO TOURÃO PANTOJA JÚNIOR - PA011505  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**EMENTA**

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. EMBOSCADA. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. CUSTÓDIA MANTIDA EM SEDE DE PRONÚNCIA. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO NA TRAMITAÇÃO DO FEITO. EVENTUAL DELONGA SUPERADA. SÚMULA 21/STJ. SEGREGAÇÃO FUNDADA NO ART. 312 DO CPP. CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. GRAVIDADE EXCESSIVA. PERICULOSIDADE SOCIAL DOS AGENTES. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CUSTÓDIA MOTIVADA E NECESSÁRIA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA E INADEQUAÇÃO. COAÇÃO ILEGAL NÃO DEMONSTRADA. RECLAMO IMPROVIDO.

1. Pronunciado o réu, fica superada eventual delonga em sua prisão decorrente de excesso de prazo na finalização da primeira etapa do processo afeto ao Júri (*judicium accusationis*), consoante o Enunciado n.º 21 deste STJ.
2. Não há que se falar em constrangimento ilegal quando a custódia cautelar está devidamente justificada na necessidade de se acautelar a ordem pública, em razão da periculosidade social do agente, denotada pelo *modus operandi* empregado no delito denunciado, revelador do *periculum libertatis* exigido para a preventiva.
3. Caso em que os recorrentes foram pronunciados por tentativa de homicídio qualificado, acusados de, mediante emboscada, haverem efetuado diversos disparos de arma de fogo no ofendido, em plena via pública, empreendendo fuga em seguida a bordo de uma motocicleta, só não consumando seu intento criminoso por circunstâncias alheias às suas vontades.
4. O fato do delito se dar por emboscada retira qualquer possibilidade de defesa da vítima, tornando-se maior a reprovabilidade da conduta e aponta a periculosidade dos agentes. Igualmente, os vários disparos de arma de fogo em plena via pública, inclusive pondo em risco transeuntes, aumenta a gravidade da ação, demonstrando ímpeto criminoso acentuado,

revelando o *periculum libertatis* exigido para a ordenação e preservação da prisão preventiva.

5. Condições pessoais favoráveis não têm o condão de revogar a prisão cautelar, se há nos autos elementos suficientes a demonstrar a necessidade da custódia, como ocorre *in casu*.

6. Inviável a aplicação de cautelares alternativas quando a segregação se encontra justificada para acautelar o meio social, diante da gravidade efetiva do delito, evitando-se, com a medida, inclusive, a reprodução de fatos criminosos de igual natureza.

7. Recurso ordinário improvido.

### **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao recurso. Os Srs. Ministros Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas, Joel Ilan Paciornik e Felix Fischer votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 07 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

**MINISTRO JORGE MUSSI**  
**Relator**